



# Linguagem, cognição e referência em *A maçã no escuro*

Alana Kercia Barros Demétrio\* e Maria Helenice Araújo Costa

Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Av. Luciano Carneiro, 345, 60410-690, Fortaleza, Ceará, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: [alanakerciab@gmail.com](mailto:alanakerciab@gmail.com)

**RESUMO.** Este artigo aborda a relação entre a problematização da linguagem presente no romance *A maçã no escuro*, de Clarice Lispector, e a trajetória conceitual da referência. Apoiando-nos nas contribuições teóricas que amparam as transformações envolvidas nessa trajetória até a construção da noção de referencialização, analisamos passagens do romance que consideramos remetentes à tríade ‘cognição, linguagem e referência’. Nossa análise consistiu no exame dessas passagens à luz da discussão filosófica sobre o problema da verdade; do despertar da Linguística para a importância da dimensão discursiva dos atos de referir e da construção da hipótese sociocognitiva como alternativa ao conflito erguido entre o essencialismo e o relativismo radical. Os resultados a que chegamos apontam para a presença de uma tensão constante no percurso trilhado pelo protagonista da obra, uma tensão que incorpora, de certo modo, uma crise paradigmática semelhante à que caracteriza os estudos da linguagem; e evidenciam que o personagem assume, ao final da narrativa, uma concepção segundo a qual com a linguagem damos forma ao mundo, análoga, portanto, à visão sociocognitivista.

**Palavras-chave:** relação linguagem/mundo, processos referenciais, sociocognição, Clarice Lispector.

## Language, cognition and reference in *A maçã no escuro*

**ABSTRACT.** This article addresses the relationship between the questioning of language in *A maçã no escuro*, by Clarice Lispector, and the conceptual trajectory of reference. Leaning on the theoretical contributions which support the transformations involved in this trajectory up to the construction of the referential concept, we analyzed passages of the novel which we considered associated with the ‘cognition, language and reference’ triad. Our analysis consisted of examining these passages in light of the philosophical discussion about the truth issue; the awakening of Linguistics to the importance of the discursive dimension of referring acts and the construction of the socio-cognitive hypothesis as an alternative to the conflict which was raised between essentialism and radical relativism. The results we found indicate the presence of a constant tension in the path taken by the protagonist in the novel, a tension that incorporates, in a certain way, a paradigmatic crisis which is similar to the one that characterizes language studies; and highlight the character’s assumption, at the end of the narrative, of a conception according to which through language we shape the world, a conception that is therefore analogous to the socio-cognitivist vision.

**Keywords:** language/world relationship, referential processes, socio-cognition, Clarice Lispector.

## Introdução

Em *A maçã no escuro*, romance de Clarice Lispector publicado em 1961, o narrador onisciente conta o percurso de Martim, o qual, para livrar-se das consequências de um crime supostamente cometido, procura forjar um projeto de reinvenção da linguagem convencional. A fuga do personagem logo após o ato criminoso desencadeia um processo de ruptura com o conjunto de elementos e relações que tinham composto seu mundo até então. Nesse processo, a linguagem desempenha importante papel. Convencido de que a linguagem convencional tornava falsos os fenômenos e as coisas, Martim passa a rejeitá-la. Os experimentos e as frustrações vivenciados pelo

protagonista de Lispector o fazem reavaliar, no desenrolar da narrativa, a exequibilidade da tarefa que se propôs, a de recriar a linguagem, e conduzem à reformulação abduativa de seus objetivos, isto é, à transformação destes como resultado de um processo caracterizado por um movimento circular e, ao mesmo tempo, progressivo, o qual, como descrito por Leite (2007), envolve testagem de hipóteses, quebra de expectativas e reajuste de inferências com vistas à adequação perceptual.

O drama de Martim remete à velha e, ainda assim, inquietante preocupação com a espécie de vínculo que as palavras mantêm com as entidades do mundo. Remontando, no Ocidente, à Antiguidade Clássica, o debate acerca do assunto tinha como

problema central a questão da verdade. Como nos conta Martins (2004), Platão e Aristóteles fomentaram o mesmo paradigma filosófico de leitura da realidade, o essencialismo, segundo o qual há uma realidade dada *a priori* e uma verdade absoluta, tangível. Por tomar a realidade como entidade preexistente às práticas humanas, esse paradigma admite a linguagem como representação, reprodução, cópia, reflexo. Já os sofistas, observa ainda a autora, fundaram com seu pensamento o paradigma relativista, conforme o qual a realidade é manipulável de acordo com as experiências humanas e a verdade, condicionada a contextos particulares. Por sustentar uma visão de realidade instável, em construção, e de verdade mutável, o relativismo orienta uma perspectiva antirrepresentacionista de linguagem.

Conforme essa perspectiva, admitimos a inexistência de uma relação biunívoca entre linguagem e mundo e abandonamos a ideia, pressuposta pelo representacionismo, de uma realidade pronta, estática e transparente, passível de ser refletida pela linguagem. Tais posicionamentos amparam, a nosso ver, a hipótese sociocognitivista. Endossar essa hipótese quer dizer, conforme Salomão (1999, p. 64),

[...] postular a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo.

Concebendo o funcionamento da linguagem de modo semelhante, Marcuschi (2007, p. 86) argumenta que “[...] a cognição é fruto de uma operação que executamos cooperativamente sobre o mundo num esforço de construí-lo discursivamente para nossos propósitos”. Para o autor, em vez de um conjunto de entidades naturalmente discretas a serem identificadas, o mundo comunicado seria, portanto, fruto de atividades intersubjetivas de comunicação e construção.

Sendo a linguagem vista sob essa ótica, o caráter indicial que a ela atribuem Mondada e Dubois (2003) não deve ser tributado a uma falta de eficácia do sistema linguístico e cognitivo. Segundo afirmam essas autoras, como não é o mundo um repositório de entidades discretas, são os sujeitos falantes que produzem sentidos por meio de um processo de categorização adaptativa. Conforme explicam, por meio desse processo, advindo de práticas simbólicas, os atores situados discretizam os objetos do mundo, constituindo entidades discursivas individual e socialmente. Propondo o deslocamento da noção de

referência à de referencição, Mondada e Dubois (2003, p. 20) argumentam que

[...] o problema não é mais [...] de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão sentido ao mundo.

Esclarecem ainda que, apesar da maneira flexível com que a categorização evolui, a linguagem não é caótica porque os objetos de discurso, embora dotados de uma instabilidade constitutiva, sofrem processos complexos de estabilização.

São esses processos que nos permitem, em nossas práticas discursivas, estabelecer consensos e produzir sentidos; é a partir de categorias estabilizadas que construímos nossa intercompreensão. Por outro lado, como não se trata de uma relação de correspondência ‘categoria-coisa’, as palavras não se acomodam sem resistência aos usos que delas fazemos em nossos enunciados, de modo que desempenhamos de forma constante em nossas interações a atividade de recategorização.

No romance de que tratamos aqui, a pretensa inadequação das categorias estabilizadas incomoda profundamente o protagonista Martim, a ponto de levá-lo a uma recategorização radical. O personagem passa a recusar palavras que não eram suas: “[...] o homem se sentia agora longe da linguagem dos outros” (LISPECTOR, 1998, p. 35); ele executa sua ambiciosa tentativa de construção de uma linguagem própria: “‘Crime’? Não. ‘O grande pulo’ — estas sim pareciam palavras dele, obscuras como o nó de um sonho” (LISPECTOR, 1998, p. 36).

Identificamos em *A maçã no escuro*, observando o trabalho de reconstrução empreendido por Martim, uma espécie de metáfora da trajetória conceitual da referência no âmbito dos estudos da linguagem. É verdade que a crise em torno da linguagem alimenta a angústia de vários outros personagens de Clarice, nessa e também em outras obras. O drama de Martim, conforme entendemos, destaca-se dos demais por tratar-se de uma situação em que o incômodo do personagem com a linguagem é tão contundente, que nele desencadeia a determinação de transformá-la. A trajetória percorrida por ele em busca dessa transformação apresenta-se ao nosso olhar como um desenho literário do movimento produzido pelas diversas abordagens acerca do problema da referência.

Desse modo, com o intuito de explorarmos esse movimento a partir do discurso presente nessa obra de Clarice, desenvolvemos um estudo cujos

principais aspectos buscamos apresentar neste artigo. Assim, na primeira parte, discutimos brevemente as transformações conceituais que sofreu a questão da referência e defendemos a sociocognição como uma noção basilar para a construção do conceito de referenciação. Na segunda parte, à luz de nossos pressupostos teóricos, analisamos a trajetória de Martins; discutimos, a partir das reflexões do personagem e do narrador, as noções que fundamentam nosso esforço histórico de compreender como dizemos o mundo, explicitando a semelhança que o conflito literário guarda em relação ao percurso conceitual da referência.

### A trajetória conceitual da referência

O olhar sobre a referência passou por diversas transformações no âmbito dos estudos da linguagem. A própria noção de referência acaba, conforme sugerem Mondada e Dubois (2003), cedendo lugar à de referenciação. A compreensão dessa passagem de uma noção a outra pressupõe, como sugere Costa (2007), a revisão da trajetória percorrida pelo conceito de referência. Nesse segmento, na tentativa de delinear brevemente essa trajetória, recorreremos, assim, às contribuições de alguns autores que se dedicaram ao exame das bases filosóficas que fundamentam essa transformação conceitual; adotamos o ponto de vista de alguns teóricos que demonstraram a importância da dimensão discursiva na questão da referência; e buscamos ainda suporte nas reflexões delineadas por alguns estudiosos acerca da hipótese sociocognitiva, a qual consideramos o alicerce em que se ergue a tese da passagem.

### A relação linguagem/mundo e uma tensão paradigmática

Como mencionamos, as especulações a respeito da relação entre linguagem e mundo remontam, no Ocidente, à disputa estabelecida entre socráticos e sofistas em torno da questão da verdade. De acordo com Martins (2004), é imprescindível dar atenção a essa disputa se quisermos compreender as teorias da linguagem nascidas na Linguística. A controvérsia grega dá origem a dois paradigmas: de um lado, às perspectivas realista e mentalista, orientadas segundo a concepção de que a verdade prevalece sobre o consenso; de outro, a uma visão que a autora considera verdadeiro embrião de uma abordagem pragmática do sentido.

Ao descrever o olhar de Platão sobre a linguagem, Martins explica por que o nome do filósofo é associado a uma compreensão realista do sentido. Sob a ótica platônica,

[...] ‘as palavras têm por propósito representar a realidade’, não a realidade fenomênica, mas a realidade essencial das coisas. As essências que as palavras representam são entidades extralinguísticas, autônomas e transcendentais (MARTINS, 2004, p. 461, grifo nosso).

Enquanto a tese platônica fomenta a ideia de linguagem como representação do real, a filosofia aristotélica monta as bases para uma visão de linguagem como representação do pensamento. Martins nos conta que, para Aristóteles, pelos sentidos, o intelecto humano seria capaz de abstrair essências universais; o vínculo entre as palavras e as ‘afecções da alma’, as mesmas para todos os indivíduos, seria lógico, objetivo. O quadro desenhado pelo discípulo constitui “[...] uma novidade importante com relação à tematização da linguagem em Platão: a substituição de uma díade, linguagem-real, por uma tríade, linguagem-alma-real” (MARTINS, 2004, p. 464). De reflexo de essências metafísicas, a linguagem passa a ser reflexo das representações mentais universais de tais essências. Percebemos, portanto, que o cunho representacionista se faz presente em ambas as concepções. Tanto o idealismo platônico quanto o logicismo aristotélico reconhecem a linguagem como um instrumento capaz de reproduzir essências universais e autônomas, o que os coloca, conforme a autora, em oposição ao pensamento sofista.

Martins justifica a frequente associação de uma postura relativista aos sofistas, evocando a famigerada mensagem de Górgias: “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado não poderia ser compreendido” (*Do não-ser*, Fragmento I, apud MARTINS, 2004, p. 450). A leitura que a autora propõe desse trecho é compreendê-lo como resposta ao suposto questionamento sobre a relação entre a linguagem e o real. A sugestão de Górgias apontaria então para a impossibilidade de ser o mundo dito pela linguagem. Vemos aqui negado o representacionismo que veio a ser tão veementemente proclamado pelos socráticos. O real não pode ser representado pela linguagem porque não há uma realidade autônoma que se dá a conhecer; há uma realidade que se manifesta no e pelo discurso.

Sob essa perspectiva relativista radical, observa Martins (2004, p. 452), os sofistas admitiriam que “[...] um mesmo dizer [...] pode não apenas significar mais de uma coisa, como também, e mais importante que isso, pode significar uma coisa e seu exato contrário”. Radicalismo à parte, a autora entende que, ao desestabilizar a distinção absoluta

entre o falso e o verdadeiro e exaltar a soberania do discurso, eles são frequentemente considerados precursores da abordagem pragmática da linguagem; fazem emergir

[...] um ângulo segundo o qual a linguagem significa quando é usada em circunstâncias concretas e variáveis, inscrevendo-se nos assuntos humanos e com eles mantendo laços mutuamente constitutivos (MARTINS, 2004, p. 452-453).

### A questão da referência nos estudos da linguagem

É interessante o modo como a Linguística incorpora essa tensão paradigmática. Para escapar ao dilema, a saída encontrada é, inicialmente, negar a relação linguagem/mundo como preocupação legítima do campo de estudos. É esse período que Cardoso (2003) classifica como o primeiro ‘deslocamento’ passível de ser considerado no discurso da Linguística. É quando referente e referência são extraditados do domínio da língua. Esta, tida como sistema, carrega consigo o sentido. A imanência é assegurada, nessa proposta, a proposta saussuriana, pela teia de relações mantida entre seus elementos.

A autora nos mostra como a filosofia analítica da linguagem, que tem em Frege um de seus principais representantes, tomou para si a questão da referência. Segundo afirma, o projeto dos lógicos modernos nasce como uma tentativa de superar as limitações da análise lógica tradicional, de base aristotélica. De fato, buscando abolir, por meio do simbolismo lógico, os problemas da lógica tradicional, a qual empregava a linguagem comum, Frege (2011, p. 34-35) sustenta que é preciso

[...] exigir de uma linguagem logicamente perfeita (Begriffsschrift) que cada expressão, construída gramaticalmente de modo correto como nome próprio a partir de símbolos já introduzidos, também designe realmente um objeto.

Essa tendência formalizante também está presente nos primeiros estudos de Wittgenstein. Araújo (2004, p. 75) assevera que a teoria da figuração, formulada no *Tractatus*, é pensada com o propósito de traduzir a “[...] estrutura lógica do mundo em uma notação adequada”. Com efeito, Wittgenstein I procurou resolver o problema de traduzir a realidade por meio de notações que funcionassem como diagramas capazes de espelhar a estrutura lógica do mundo, postulando que “[...] a proposição é figuração da realidade, pois conheço a situação representada por ela quando entendo a proposição” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 72, § 4.021).

O momento em que a Linguística resgata a referência como objeto de estudo é chamado por

Cardoso (2003) de segundo deslocamento. A autora apresenta Benveniste como um dos principais expoentes desse período. Salienta que o linguista foi responsável por integrar a referência na enunciação.

Observamos, efetivamente, no pensamento de Benveniste, (1995, p. 84), o reconhecimento de que “[...] a referência é parte integrante da enunciação”. Para o autor,

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 1995, p. 84).

Ao apontar a coconstrução da referência no e pelo discurso como condição para que com a língua seja possível expressar relação com o mundo, Benveniste não apenas nega a visão de língua como sistema de relações imanentes, como sustenta uma concepção mais pragmática da referência, opondo-se às teorias correspondentistas. Apesar de destacar o pioneirismo do debate erguido pelo autor no seio da Linguística, Cardoso (2003) ressalta que um debate análogo já vinha crescendo entre os filósofos, que vinham pondo em causa o princípio fregeano de que o sentido determina a referência, desenvolvendo seus estudos com base na noção de linguagem em uso.

O movimento desses filósofos, que passaram a rejeitar a semântica de Frege (2011) e considerar os aspectos sociais e culturais da linguagem, ficou conhecido como ‘virada pragmática’. Conforme expõe Cardoso, os filósofos da ‘virada’ compreendem a incompletude dos enunciados das línguas naturais como um fenômeno muito mais amplo do que supunha Frege, que o atribuíra a uma imperfeição: eles procuram demonstrar que, como acontecimentos discursivos, esses enunciados estão sempre inseridos em um contexto que extrapola os limites das formas, invalidando a possibilidade de qualquer relação intrínseca entre a expressão linguística e sua referência.

Em uma breve exposição dos trabalhos de Austin, a autora nos conta que, com o intuito de promover uma concepção de linguagem capaz de dar conta de fatores como contexto, convenções de uso e intenções do falante, o filósofo abriu mão de uma teoria do significado em nome de uma teoria da ação. Cardoso nos mostra como a proposta inicial de opor enunciados performativos a constataativos logo foi reconhecida por Austin como insustentável: ao perceber que dizer algo é sempre fazer algo, ele

suspende a dicotomia em favor da teoria dos atos de fala, os quais foram caracterizados como locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

Com efeito, após mostrar-se ciente da problemática oposição, Austin (1962) discute como as declarações podem, de fato, apresentar todas as características que configurariam o ato ilocucionário, reforçando que

[...] assim que percebermos que o que precisamos estudar não são as sentenças, mas a problematização dos enunciados numa situação discursiva, dificilmente poderá haver ainda a possibilidade de não se ver que declarar é performar um ato (AUSTIN, 1962, p. 144, tradução nossa)<sup>1</sup>.

O autor esclarece que o que restou da distinção entre constatativos e performativos foi sua tentativa de abstrair do ilocucionário, a partir de uma simplificação reducionista, aspectos do ato de fala que corresponderiam àquilo que, idealmente, pudesse ser dito em quaisquer circunstâncias, com quaisquer propósitos, para qualquer audiência. Nesse sentido, assegura que “[...] em geral, o ato locucionário tanto quanto o ilocucionário são apenas uma abstração: todo ato de fala genuíno constitui ambos” (AUSTIN, 1962, p. 152, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Ao mover o foco da troca linguística da ‘significação’ (*the meanings of words*) para a ‘enunciação’ (*the occasion of an utterance*), o pensamento austiniano representa reconhecidamente uma ruptura com as teorias logicistas e um grande avanço nos estudos da linguagem. Todavia, conforme argumenta Costa (2007), parece ser Wittgenstein, em sua segunda fase, que verdadeiramente abre caminho para a perspectiva pragmática. A autora nos mostra como o filósofo abandonou a teoria da figuração em nome de uma noção de linguagem ancorada nos usos, nos “[...] ‘jogos’ que os falantes desenvolvem ao porem a linguagem em funcionamento” (COSTA, 2007, p. 36, grifo da autora). Esses jogos seriam governados por regras que, segundo afirma, “[...] poderiam ser vistas como ‘consensos de formas de vida’, em oposição a ‘consensos de opinião’” (COSTA, 2007, p. 38, grifos da autora), isto é, as regras dos jogos de linguagem seriam estabelecidas coletivamente, mas não deliberadamente; na prática dos jogos é que se constituíriam as regras.

De fato, ao postular os jogos como atividades situadas de que participamos construindo sentidos

de modo colaborativo, Wittgenstein II (1996) concebe a linguagem como uma forma de vida. Na variedade, na contingencialidade e na regularidade dos jogos, a linguagem ou as linguagens acontece(m). Para o filósofo, linguagem “[...] não é a unidade formal imaginada por mim, mas a família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 70, § 108). Nesse sentido, o autor critica “[...] a tendência de supor um ser intermediário puro entre o signo proposicional e os fatos” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 67, § 94), argumentando ser insustentável a ideia de encontrar regras rígidas e claras que orientem a construção da linguagem real e comparando tal intento ao inexequível propósito de reconstruir com os dedos uma teia de aranha destruída.

O pioneirismo de Wittgenstein na desconstrução da tradição representacionista o situa, segundo Costa (2007), como o grande representante da virada pragmática. A autora ressalta, apoiada em Araújo (2004), o impacto dessa concepção de linguagem inextricavelmente entrelaçada às formas de vida para a evolução do conceito de referência:

[...] a referência, longe de ser um fenômeno dependente das condições de verdade das proposições, passa [...] a ser compreendida como emergindo dos consensos que se estabelecem entre os falantes (COSTA, 2007, p. 39-40).

### A referenciação como uma noção de base sociocognitivista

Observamos que, tanto na Linguística como na Filosofia, o advento da enunciação provocou o rompimento com as teorias clássicas da referência, ancoradas na noção de que a linguagem representa a realidade ou o pensamento. Acontece que, segundo Cardoso (2003), a tese de que não há um real autônomo, que independe dos nossos discursos, passa a ser levada ao extremo por algumas correntes da atualidade. A esse período, a autora propõe dar o nome de terceiro deslocamento. De acordo com as correntes pós-modernistas e antirrealistas, que figuram entre os protagonistas desse terceiro movimento, “[...] a linguagem nunca ‘reflete’ nada, ela apenas ‘significa’, dado que aquilo que chamamos de ‘realidade’ é um construto de nossos discursos” (CARDOSO, 2003, p. 116, grifos da autora).

Esse relativismo exacerbado, conforme ressalta a autora, também encontra resistência. Muitos teóricos, embora não aceitem mais a concepção de linguagem como espelho do real, criticam o antirrealismo radical, defendendo o “[...] ‘real’ como o conjunto específico de práticas que oferecem a ‘razão’ (não a ‘causa’) para o que se diz e que

<sup>1</sup> “[...] once we realize that what we have to study is not the sentence but the issuing of an utterance in a speech situation, there can hardly be any longer a possibility of not seeing that stating is performing an act”.

<sup>2</sup> “[...] in general the locutionary act as much as the illocutionary is an abstraction only: every genuine speech act is both”.

constituem seu referencial” (CARDOSO, 2003, p. 119, grifos da autora).

Sobre a questão, Marcuschi (2007, p. 90) argumenta que a negação de um realismo metafísico “[...] não significa que não se aceite a existência da realidade externa, nem significa assumir um ‘para mim’ ou um ‘para nós’ como medida do real”. Trata-se, pois, de uma perspectiva que

[...] reconhece que o mundo existe e que a mente é inseparável do mundo em sua materialidade e em sua história: de fato, a mente é parte do mundo e, nesta condição, não o representa, mas atua nele, e o transforma ao transformar-se (SALOMÃO, 2005, p. 165).

Endossando uma abordagem que concilia o antirrepresentacionismo e o reconhecimento da existência de um mundo extramental, Marcuschi (2007) sustenta que a linguagem não é uma categoria ontológica, mas epistêmica. Não construímos com ela o mundo, mas o saber sobre o mundo. E esse saber

[...] é uma ‘fabricação socialmente elaborada’ (mediante atividades coletivas) e linguisticamente ‘comunicada’ (com mecanismos textuais estabilizados em instrumentos semiológicos supraindividuais)’ (MARCUSCHI, 2007, p. 90, grifos nossos).

A noção de referenciação, preferida por Mondada e Dubois (2003) em detrimento da de referência, incorpora, a nosso ver, justamente esse modo de conceber a fabricação de nossas versões sobre o mundo como uma atividade de construção colaborativa dos referentes, os quais, por não corresponderem aos ‘objetos do mundo’, são recategorizados pelas autoras como ‘objetos do discurso’.

O que é significativo nessa proposta, como aponta Marcuschi (2007), é que a noção de construção colaborativa remete não apenas ao partilhamento, mas à negociação dos sentidos. Pensar o sentido como instância sancionável na interação implica, primeiramente, abandonar de uma vez as teorias correspondentistas da referência; significa, além disso, conforme nosso entendimento, admitir o socicognitivismo como hipótese-guia de nosso processo de conceptualização do mundo.

Conforme lembra Marcuschi (2007, p. 100), “[...] toda nossa ação discursiva é um conjunto de inserções sociocognitivas que permitem operar sobre a realidade”. E no modo como operamos, impõe-se, segundo o autor, uma condição fundamental, isto é, tudo o que dizemos é mediado por categorias ou conceitos. Endossando a teoria da coerência de Davidson, para quem a verdade e o conhecimento são construções discursivas erguidas com base na

coerência entre nossas crenças, Marcuschi (2007) critica as abordagens que tratam das categorias fundamentadas na noção de representação, como se fossem fixas e estáveis, e argumenta que elas

[...] constituem-se no processo intersubjetivo de pelo menos duas mentes convergindo sobre a melhor forma de construir uma dada proposição diante do mundo. E nisto surge uma relação de coerência de duas posições sobre um dado fenômeno (MARCUSCHI, 2007, p. 136).

Por serem elaboradas de modo cooperativo no processo de interlocução, as categorias são, de acordo com o autor, muito mais modelos sociais do que modelos mentais. Sabemos que esses modelos, erigidos por meio de atividades complexas, adquirem historicamente uma estabilidade relativa. Entretanto, lembramos, com Mondada e Dubois (2003), que as categorias são, na verdade, dotadas de uma instabilidade constitutiva. É nesse movimento oscilante e contínuo entre a instabilidade e a estabilidade que podemos situar os fenômenos da categorização e recategorização. O que não podemos perder de vista é que os processos de estabilização são intersubjetivos, culturais e sociais. Como alerta Blikstein (2003), não vemos o mundo a olho nu; nosso sistema perceptual, por ser aparelhado de uma ‘prática social’ ou ‘práxis’, é interpelado por estereótipos; o único modo de enxergarmos a realidade é, pois, com ‘óculos sociais’.

O protagonista da obra de Lispector, desejando captar o mundo diretamente com a retina, empreende um caminho tortuoso, o qual oscila entre a negação da indicialidade da linguagem como condição constitutiva, atitude que alimenta a utopia da concepção de uma semiose privada e transparente, e o reconhecimento da dimensão discursiva da referenciação. Acreditamos que esse quadro teórico nos auxilia na compreensão da relação que se insinua entre a trajetória conflituosa desse personagem e o rumo que tomaram os estudos sobre a referência.

### **Linguagem, cognição e referência no percurso conflituoso do protagonista de *A maçã no escuro***

Com o apoio dos pressupostos teóricos abordados, discutimos aqui algumas das reflexões epistemológicas em torno da linguagem que Clarice consegue forjar por meio da figura do protagonista. Seleccionamos, dentre os trechos da obra que analisamos em nosso estudo, alguns exemplos a partir dos quais construímos essa discussão.

O desenrolar do percurso metodológico de nossa pesquisa transformou nosso olhar sobre o drama de Martim. Inicialmente, supúnhamos existir na

trajetória do personagem uma transformação constituída na passagem de uma postura essencialista/representacionista a um olhar mais relativista, construtivista e interacionista sobre o mundo, as atividades humanas e a linguagem; mais tarde, compreendemos que a tensão está presente do começo ao fim na narrativa.

### Dois paradigmas e um movimento pendular

Logo no início do romance, o narrador de *A maçã no escuro* nos permite saber o grande intento do protagonista: abolir o conjunto de relações automatizadas que, de acordo com sua percepção, faziam do mundo algo falso e abstrato, uma sucessão de imitações, e recriá-lo, inaugurando um mundo autêntico. Cedo, ficamos sabendo também que o personagem já dera o primeiro passo para a implementação de tão ambicioso projeto:

‘Imaginem uma pessoa’ — continuou então — ‘que não tinha coragem de se rejeitar: e então precisou de um ato que fizesse com que os outros a rejeitassem’, e ela própria então não pudesse mais viver consigo (LISPECTOR, 1998, p. 38, grifos nossos).

Tal ato, como ficamos sabendo mais adiante, foi a tentativa de assassinato da esposa.

No sermão que oferece às pedras, Martim dá ao crime o nome ‘ato de cólera’:

Imaginem, recomeçou então inesperadamente quando estava certo de que nada mais tinha a lhes dizer, ‘imaginem uma pessoa que tenha precisado de um ato de cólera’, disse para uma pedra pequena que o olhava com um rosto calmo de criança. ‘Essa pessoa foi vivendo, vivendo; e os outros também imitavam com aplicação’. Até que a coisa foi ficando muito confusa, sem a independência com que cada pedra está no seu lugar. ‘E não havia sequer como fugir de si porque os outros concretizavam, com impassível insistência, a própria imagem dessa pessoa: cada cara que essa pessoa olhava repetia em pesadelo tranquilo o mesmo desvio’ (LISPECTOR, 1998, p. 37-38, grifos nossos).

Há, na fala do personagem, a denúncia sobre a falta de autenticidade e a automatização presentes no mundo que, com o crime, ele quisera extinguir. A ideia da imitação, repudiada por Martim, impulsiona sua partida em busca de uma nova realidade, na qual a verdade, a essência das coisas, não se perdesse. Percebemos que aqui o ponto de vista de Martim muito se assemelha ao de Platão, para quem as coisas do mundo têm uma essência própria, permanente e estável, como afirma o autor na voz de Sócrates:

[...] é evidente que as coisas possuem um ser próprio consistente. Não mantêm relação nem dependência conosco nem se deixam arrastar para cima e para

baixo por obra de nossa imaginação, mas são em si e com relação a seu próprio ser, conforme a sua natureza (PLATÓN, Crátilo, 386c, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo, ao se dar conta de que sua experiência não era crua, mas elaborada, construída por ele de acordo com os próprios propósitos, o personagem de Clarice passa a admitir que a verdade que persegue poderia ser uma verdade inventada, o que não teria importância, e até validaria seu projeto como ato autêntico:

Agora que emergira até chegar ao ponto de homem na encosta, agora que emergira até entender seu crime e saber o que desejava — ou até ter inventado o que se passara com ele e inventado o que desejava? ‘que importava se a verdade já existia ou se era criada, pois criada mesmo é que valia como ato de homem’ — agora que ele conseguira se justificar, tinha de prosseguir. E conseguir antes do fim próximo a — a reconstrução do mundo (LISPECTOR, 1998, p. 135, grifos nossos).

Percebemos, nessa passagem, um questionamento do protagonista sobre o conceito de verdade. Lembremos com Martins (2004) que, sob o paradigma sustentado pelos sofistas, não é nítida a distinção entre o falso e o verdadeiro, pois este último seria um produto do discurso, e não um modelo, um padrão ideal e abstrato. Martim admite a possibilidade de ser a verdade construída e não essencial, revelando a presença de uma tensão entre os paradigmas essencialista e relativista de leitura do real. Se, de um lado, a busca pela verdade, por uma essência primeira que, num mundo automatizado, estaria comprometida pela imitação é o que inspira o projeto de reconstrução do personagem, de outro lado, a verdade por ele elaborada é que se configura como ponto de partida para a execução de seu plano audacioso.

Ao planejar a ambiciosa reconstrução, Martim percebe, muito oportunamente, que a linguagem é o lugar da transformação, pois, para fabricar sua verdade, era preciso abrir mão das palavras alheias. “A culpa não o atingia mais. ‘Crime’? Não. ‘O grande pulo’ — estas sim pareciam palavras dele, obscuras como o nó de um sonho” (LISPECTOR, 1998, p. 36). Assim, logo após o grande pulo, o personagem já parece entender a linguagem como dimensão constitutiva do real, e não como simples instrumento de expressão:

Depois do que, Martim recomeçou mais devagar e procurou pensar com muito cuidado pois a verdade seria diferente se você a dissesse com palavras

<sup>3</sup> “[...] es evidente que las cosas poseen un ser propio consistente. No tienen relación ni dependencia con nosotros ni se dejan arrastrar arriba y abajo por obra de nuestra imaginación, sino que son en sí y con relación a su propio ser conforme a su naturaleza”.

erradas. Mas se você a disser com as palavras certas, qualquer pessoa saberá que aquela é a mesa sobre a qual comemos. De qualquer modo, ‘agora que Martim perdera a linguagem, como se tivesse perdido o dinheiro, seria obrigado a manufaturar aquilo que ele quisesse possuir. Ele se lembrou de seu filho que lhe dissera: eu sei por que é que Deus fez o rinoceronte, é porque Ele não via o rinoceronte, então fez o rinoceronte para poder vê-lo. Martim estava fazendo a verdade para poder vê-la’ (LISPECTOR, 1998, p. 40, grifos nosso).

Observamos, nessa passagem, um posicionamento que se distancia do representacionismo, pois o narrador nos mostra que, em vez de atribuir às palavras o papel de expressar entidades autônomas, o protagonista as compreende como elementos imbricados na própria configuração do conjunto de coisas, ações e crenças que compõem o mundo. Identificamos, em tal postura, forte proximidade com o ponto de vista wittgensteiniano em sua segunda fase, uma vez que

[...] Wittgenstein repudia justamente a ideia de que a linguagem e a realidade são dois domínios discretos, autocontidos, havendo a necessidade de uma ‘ponte’ para interligá-los (MARTINS, 2000, p. 38).

Por outro lado, ter a pretensão de, pela linguagem, transformar o mundo parece ser, para o protagonista, fruto de sua insatisfação com a linguagem convencional. Martim demonstra crer que, com o sucesso de seu projeto, encontraria o signo supostamente perfeito, capaz de refletir a realidade sem deturpá-la, o qual, ele sabia (ou pensava saber), não estava ali entre as palavras alheias. Como observamos no trecho a seguir, para que se concretizasse a reconstrução, o personagem acreditava que era preciso inaugurar uma linguagem que lhe revelasse a compreensão:

Agora que, como primeiro passo, chegara através do filho àquele ponto em que dor se misturava com feroz alegria, e alegria era dolorosa, pois esse ponto rápido devia ser o aguilhão da vida e o encontro dele consigo mesmo — então, assim como a alma de um cachorro late, ele incoercível disse: ah! para a água. ‘Ah! disse ele em amor e angústia e ferocidade e piedade e admiração e tristeza, e tudo isso era a sua alegria. Mas por que não lhe bastou então? Por que não lhe bastaria apenas exclamar? Porque acontece que ele queria a palavra. Enquanto fosse quem era estaria preso à sua própria respiração à espera de que ela o unisse a si mesmo, vivendo com essa palavra na ponta da língua, com a compreensão quase por se revelar, nessa tensão que termina por se confundir com a vida, e que é ela própria, acontece que ele queria a palavra’ (LISPECTOR, 1998, p. 166, grifos nossos).

Na busca de Martim por essa palavra reveladora, percebemos, mais uma vez, a presença da tensão paradigmática em torno da representação. O personagem espera encontrar um signo capaz de exprimir a confusão de sensações que experimenta. Sua procura é por uma linguagem que espelhe uma situação que ele supõe anterior a ela e dela independente, o que traz o pêndulo oscilante na conduta do protagonista de volta à concepção representacionista de linguagem.

### **A condição infactível do descarte da linguagem e a ilusão de uma linguagem privada**

A fuga desencadeada após o crime leva Martim a um descampado onde o homem começa a interpretar astutamente sua experiência. É o lugar onde o personagem admite sua rejeição à linguagem comum:

— Não sei mais falar, disse então para o passarinho, evitando olhá-lo por uma certa delicadeza de pudor. [...] ‘Perdi a linguagem dos outros’, repetiu então bem devagar como se as palavras fossem mais obscuras do que eram, e de algum modo muito lisongeiras (LISPECTOR, 1998, p. 31).

Recusar a linguagem alheia permite a Martim recategorizar seu crime como um rito de passagem, uma transgressão necessária, um ato capaz de engatilhar a grande reconstrução.

De acordo com uma visão não representacionista de linguagem, nossa dificuldade de referir, a resistência que as coisas no mundo oferecem às palavras é um indício de que as entidades não se encontram discretizadas, como objetos pré-fabricados aguardando a nomeação; somos nós que as discretizamos, de modo colaborativo e situado, na interação. Foi apoiando-se nessa concepção que Mondada e Dubois (2003) propuseram a noção de objetos de discurso como alternativa à de referentes, uma vez que a referência estaria de fato na construção que se dá sociocognitivamente; ela seria o próprio processo. A recusa do protagonista consiste, pois, em deixar de tomar parte nesse processo que é requisito primordial para que se estabeleça comunicação:

Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras. Mas restava a desobediência. Então — ‘através do grande pulo de um crime — há duas semanas ele se arriscara a não ter nenhuma garantia, e passara a não compreender’. E sob o sol amarelo, sentado numa pedra, sem a menor garantia — o homem agora se rejubilava como se não compreender fosse uma criação. ‘Essa cautela que uma pessoa tem de transformar a coisa em algo comparável e então abordável, e, só a partir

desse momento de segurança, olha e se permite ver porque felizmente já será tarde demais para não compreender — essa precaução Martim perdera. E não compreender estava de súbito lhe dando o mundo inteiro. Que era inteiramente vazio, para falar a verdade. Aquele homem rejeitara a linguagem dos outros e não tinha sequer começo de linguagem própria. E no entanto, oco, mudo, rejubilava-se. A coisa estava ótima (LISPECTOR, 1998, p. 34-35, grifos nossos).

Se aceitarmos o pressuposto de que é de modo colaborativo que os falantes vão construindo os sentidos, entendemos que o único meio de Martim abandonar a linguagem convencional é decidindo não mais colaborar. Perdendo essa ‘precaução’, o homem acreditava-se então desprovido de linguagem. E se essa condição lhe oferecia como consequência um mundo inteiro e vazio, era porque, não verbalizado, aquele mundo era como uma massa amorfa, ainda não discretizada por categorias.

Martim se dá como tarefa conceber o que Wittgenstein II (1996) procura mostrar ser inconcebível: uma linguagem privada. Para Wittgenstein, quando usamos a linguagem, atribuímos às nossas sensações expressões que permitam que os outros nos compreendam; é nos jogos que vamos aprendendo a fazer-nos entender, aprendendo quais palavras fazem sentido num determinado jogo. O filósofo argumenta que

[...] quando se diz ‘Ele deu nome à sensação’, esquece-se que muita coisa já tem que estar preparada na linguagem para que o simples dar nome tenha um sentido (WITTGENSTEIN, 1996, p. 127, § 257).

Segundo o autor, mesmo que queiramos desprezar as palavras da linguagem comum, e suponhamos ser capazes de construir explicações privadas a partir de sons inarticulados, esbarramos no fato de que tais sons adquirem sentido e tornam-se expressões dentro dos jogos.

Segundo aponta Costa (2007), Wittgenstein II, com sua proposta dos jogos, apresenta a linguagem como parte constitutiva da realidade, e não como uma ferramenta para projetá-la. Os jogos, como formas de vida, proporcionariam a consolidação, não de modo deliberativo, mas consensual, contingencial e situado, de regras. Estas, de fato, constituem, para Wittgenstein II (1996), regularidades, e não normas. Essas regularidades regem a construção de sentidos no interior das formas de vida. Assim, elas nascem coletivamente e só funcionam coletivamente. Apoiando-nos nessas noções, compreendemos que, tendo decidido não colaborar com os outros, Martim tentara permanecer do lado de fora dos jogos, pois

“[...] não se pode seguir a regra ‘privatim’” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 114, § 202, grifo do autor).

Não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez. Não é possível uma única comunicação ter sido feita, uma única ordem ter sido dada ou entendida uma única vez, etc. -Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições) (WITTGENSTEIN, 1996, p. 113, § 199).

As dificuldades que enfrenta fazem o personagem terminar por aceitar essa condição. Outrora certo de que, com o símbolo adequado, o símbolo infalível desvelaria o que quer que estivesse tentando desvelar, ele passa a duvidar, recuando diante de um ‘irrealizável’ que suspeitou ser a própria realização:

E ali estava ele. Que pretendia apenas anotar, nada mais que isto. E cuja inesperada dificuldade era como se ele tivesse tido a presunção de querer transpor em palavras o relance com que dois insetos se fecundam no ar. Mas quem sabe — perguntou-se então na perfeita escuridão do absurdo — ‘quem sabe se não é na expressão final que está o nosso modo de transpor os insetos se glorificando no ar. Quem sabe se o máximo dessa transposição está exatamente e apenas no querer [...]’ (E assim ele estava salvando o valor de sua intenção, dessa intenção que não soubera se transformar em ação.) ‘Quem sabe se o nosso objetivo estava em sermos o processo. O absurdo dessa verdade então o envolveu’. E se assim for, oh Deus — a grande resignação que se precisa ter em aceitar que nossa beleza maior nos escape, se nós formos apenas o processo (LISPECTOR, 1998, p. 176-174, grifos nossos).

Martim parece começar a compreender que operar com a linguagem sobre o mundo é justamente esse ‘tentar dizer e não conseguir’, não em razão de qualquer espécie de ineficiência sua ou da linguagem, mas por não haver um fosso a separá-la de uma dimensão oculta supostamente pré-segmentada. Conforme explica Marcuschi (2007, p. 89),

[...] o mundo da experiência sensorial simplesmente não tem uma face externa diretamente palpável, seja aos nossos sentidos ou às nossas teorias. Toda nossa expressão do mundo é uma articulação inferencial na base de categorias ou conceitos.

Apoiado no pensamento de Kant, o autor argumenta que com a linguagem não captamos um retrato do mundo; em vez disso, a partir de nosso entendimento, de nossas operações conceituais, de nosso agir comunicativo, damos tratos racionais às nossas experiências, à natureza.

### A alternativa sociocognitivista como uma posição conciliadora

Uma vez ciente de que os fenômenos, os dados do mundo que tão avidamente quisera capturar são, na verdade, semiotizações, o protagonista absolve a imitação e admite a opacidade do símbolo como consequência natural do modo como se dá o processo de construção dos significados, e não como obstáculo a ser superado ou como defeito a ser corrigido:

Foi então que de repente ele disse em si mesmo: eu matei, eu matei, confessou afinal. Pois talvez fosse isso o que estavam esperando dele para livrá-lo do medo? e ele oferecia seu crime como refém. Mas — revoltou-se ele logo em seguida justificando-se para Deus — alguém tinha que se sacrificar e levar o sofrimento sem consolo até o último termo e então se tornar o símbolo do sofrimento! alguém tinha que se sacrificar, eu quis simbolizar o meu próprio sofrimento! eu me sacrifiquei! ‘eu quis o símbolo porque o símbolo é a verdadeira realidade e nossa vida é que é simbólica ao símbolo, assim como macaqueamos a nossa própria natureza e procuramos nos copiar! agora entendo a imitação: é um sacrifício!’ (LISPECTOR, 1998, p. 223, grifos nossos).

Ao reconhecer no símbolo ‘a verdadeira realidade’, Martim parece assumir o mesmo ponto de vista adotado por Marcuschi, para quem os fenômenos são de certo modo amorfos e adquirem a forma de nossas elaborações:

[...] se por um lado, o mundo físico externo existe, por outro, ele não existe naturalmente ‘assim’, na forma como nós o identificamos como sendo isto ou aquilo (MARCUSCHI, p. 92, grifo do autor).

Segundo salienta o autor, nossas semiotizações, que, nesse sentido, constroem os fenômenos, não são atividades individuais, mas coletivas, sociais. “A língua é, assim, uma fonte de possibilidade de trabalhar e retrabalhar as versões públicas do mundo” (MARCUSCHI, 2007, p. 96).

A nosso ver, esse pensamento conciliador também termina por se fazer presente na trajetória de Martim. Ao refletir sobre o próprio percurso, o personagem conclui afinal que se, por um lado, criara para si um destino:

[...] para dizer a verdade, não tenho a menor vergonha de, não sendo nada, ser tão poderoso: é que nós somos modestamente o nosso processo. Eu pertenci a meus passos, um a um, à medida em que estes avançavam e constituíam um caminho e constituíam o mundo (LISPECTOR, 1998, p. 311-312).

Por outro, “[...] por mais liberdade que tivesse, ele só poderia criar o que já existia” (LISPECTOR, 1998, p. 323):

Quisera estar desimpedido — e na verdade se desimpedira com um crime — não para inventar um destino! mas para copiar alguma coisa importante, que era fatal no sentido em que era alguma coisa que já existia. E de cuja existência aquele homem sempre soubera, como quem tem a palavra na ponta da língua e não consegue se lembrar. ‘Ele quisera estar livre para ir de encontro ao que existia. E que, nem por existir, era mais alcançável — era tão inatingível como inventar. Por mais liberdade que tivesse, ele só poderia criar o que já existia. A grande prisão. A grande prisão! Mas tinha a beleza da dificuldade. Afinal consegui o que quis. Criei o que já existe. E acrescentara ao que existia, algo mais: a imaterial adição de si mesmo’ (LISPECTOR, 1998, p. 323, grifos nossos).

A conclusão a que chega o personagem parece ser assim muito similar àquela sugerida por Salomão (1999, p. 74, grifos da autora), a de que

[...] podemos pleitear que toda ontologia (proposições de conjuntos de ‘entidades’, ‘atributos’, ‘relações’) resulte desta articulação interativa entre sujeito e mundo, derrotando a polaridade estanque entre ‘sujeito cognitivo’ e ‘realidade cognoscível’.

A verdade, em busca da qual Martim delineara seu percurso, deixa de ser o tesouro oculto a ser resgatado pelo herói que nele se fizera. Não negar, por outro lado, que tal tesouro exista, em nossa concepção, livra o personagem do buraco negro a que se refere Salomão (2005, p. 77): “[...] o risco relativista de reduzir a verdade a mero acordo intersubjetivo”. Para Martim, há uma verdade que está além de uma “[...] construção semântica, comunicativamente validada” (SALOMÃO, 2005, p. 77), mas nossa tarefa não é conhecê-la; é inventá-la: “A verdade foi feita para existir! e não para sabermos. A nós, cabe apenas inventá-la” (LISPECTOR, 1998, p. 309).

### Considerações finais

Conduzimos nossa discussão com base na relação que enxergamos entre o drama da linguagem representado em *A maçã no escuro* e a tensão que se instala entre paradigmas filosóficos contrastantes de leitura do mundo, essencialismo, relativismo e seus desdobramentos. Consideramos ter tornado, em alguma medida, evidente o modo como, no romance de Clarice, essa relação aparece na meditação angustiada de Martim, o protagonista, e também, de maneira muito imbricada, no posicionamento assumido pelo narrador onisciente. Por outro lado, percebemos que o representacionismo, o qual havíamos identificado por trás das primeiras aspirações do personagem, não aparece de forma alguma absoluto como imagináramos. Os anseios e

as ações de Martim performam, como pensamos ter demonstrado, um movimento pendular que, ora aproximando-o, ora afastando-o dessa perspectiva, deram à sua relação com a linguagem a configuração de conflito desde o início da narrativa.

Buscamos, além disso, lançar sobre a confusa trajetória do protagonista um olhar guiado pelo sociocognitivismo, o qual, se nos pareceu, a princípio, uma hipótese teórica capaz de evidenciar a inexequibilidade de um projeto que, precipitadamente, consideramos fadado ao fracasso, revelou-se, muito mais que isso, uma concepção que nos permitiu refletir, a partir da problematização das noções de verdade, representação, interação, cognição e referência, sobre o esforço extenuante de Martim, que é também o nosso, de compreender o ser, o mundo, e entender o lugar da linguagem nesse processo.

Admitir o deslocamento da responsabilidade do dizer, isto é, reconhecer o caráter indexical da linguagem como vantagem, como plasticidade, mais ainda, como condição imprescindível à negociação dos significados, e tomar para si a responsabilidade de dar forma ao mundo, fazer sentido de si e das práticas humanas, afetou a percepção do personagem de Clarice sobre o fenômeno da (re)categorização. A suposta inadequação das categorias lexicais que havia provocado a recategorização radical do protagonista deixa de representar um problema sob o olhar de Martim.

Essa mudança de percepção se relaciona, a nosso ver, com a assunção de uma concepção que não considera a linguagem contígua ao que quer que seja; toma-a como dimensão inseparável e constitutiva da própria vida. Tal concepção, conforme entendemos, muito se aproxima daquela que amparou a passagem da noção de referência à de referenciação.

## Referências

- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CARDOSO, S. H. B. **A questão da referência**. Campinas: Editores Associados, 2003.
- COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes**: um convite à reflexão. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. **Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia**, v. 1, n. 3, p. 21-44, 2011.
- LEITE, R. L. **Metaforização textual**: a construção discursiva do sentido metafórico no texto. 2007. 213f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- LISPECTOR, C. **A maçã no escuro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARTINS, H. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. **Veredas**, v. 4, n. 2, p. 19-42, 2000.
- MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 439-474.
- MONDADA, L.; DUBOIS D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. Clássicos da linguística. São Paulo: Contexto, 2003. v. 1. p. 17-52.
- PLATÓN. **Diálogos II** (Gorgias, Menéxeno, Eutidemo, Menón, Crátilo). Madri: Editorial Gredos, 1987.
- SALOMÃO, M. M. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.
- SALOMÃO, M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-168.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1996.

Received on September 26, 2014.

Accepted on June 23, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.